

## **Título: Ebó Epistêmico propondo encruzilhadas e ressignificando a noção de extensão universitária**

Thiago da Silva Santana<sup>1</sup>

Alexandra Eliza Vieira Alencar<sup>2</sup>

Flavia Medeiros Santos<sup>3</sup>

### **Resumo:**

O programa de ensino, pesquisa e extensão Ebó Epistêmico tem como objetivo ofertar conhecimentos que tenham nas diversidades seu princípio formativo. Para tanto no que tange a extensão, além de oficinas de letramento racial em instituições de ensino da rede pública de Santa Catarina, o programa vem desde 2022 desenvolvendo um projeto intitulado Fazendo Cruzos com Antropologias, Artes e Museologias que consiste num evento científico semestral, que reúne cerca de 300 pessoas, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC), promovendo a transposição curricular da disciplina obrigatória da Licenciatura em Ciências Sociais para um público mais amplo que o acadêmico. Dessa forma este artigo pretende analisar a 2ª edição do evento cujo tema foi “Pedagogias das/nas Encruzilhadas: Exu como educação”, realizada em junho de 2023, no sentido de questionar porque as ações de curricularização da extensão devem somente abarcar espaços fora das universidades, uma vez que há movimentos sociais que enxergam este espaço enquanto um espaço de poder a ser ocupado por esses agentes. Assim, nossa metodologia utilizará de descrições etnográficas do referido evento, destacando seus impactos no espaço universitário e relacionando com as noções de curricularização da extensão presentes nas políticas públicas que vêm sendo implementadas pela UFSC no que tange este tema.

**Palavras-chave:** Ebó Epistêmico; Antropologia e Extensão; Fazendo Cruzos; Pedagogia das Encruzilhadas.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

## Introdução

E na tarde do dia 07 de junho de 2023 nos colocamos novamente para ofertar nosso ebó epistêmico nas encruzilhadas que compõem a “paisagem bloqueada” do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC). A 2ª edição do Fazendo Cruzos com Antropologias, Artes e Museologias, projeto de extensão coordenado pelas professoras Flavia Medeiros, Alexandra Alencar e Thayná Castro, agregou alicerces do seu saber/fazer antirracista e afirmativo do projeto Ebó epistêmico<sup>4</sup> como um todo e da iniciativa de realização do evento no CFH/UFSC em particular. O primeiro deles é a proposta efetiva de fazer a transposição de conteúdos da disciplina obrigatória no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, intitulada Estudos Afro-brasileiros.

A disciplina Estudos Afro-brasileiros do Curso de Ciências Sociais passou a constar desde 2009 como um curso integrante do chamado “regime de PCC” (Prática como Componente Curricular). Trata-se de uma medida adotada em 2007 no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da UFSC para enfatizar ainda mais a articulação requerida de seus conteúdos com a formação voltada para as práticas profissionais futuras de ensino, pesquisa e extensão e uma exigência da Lei 10.639 de 2003<sup>5</sup>, atual, Lei 11.645 de 2008<sup>6</sup> - que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio .

O curso foi pensado para estar voltado para os principais tópicos que norteiam o campo dos estudos afro-brasileiros. Na última década, este campo compreende uma vasta plataforma multidisciplinar abrangendo conteúdos curriculares da antropologia, sociologia e política em diálogo com as áreas de história, educação, psicologia, literatura, artes, entre outros. Além disso, esta área de estudos vem incorporando questões e discussões sobre políticas públicas, movimentos sociais e ações afirmativas e fazendo uma reflexão crítica das noções deste campo incluindo a própria noção de afro-brasileira que além de passar uma ideia de sujeito hifenizado, oculta uma faceta estruturante deste campo que são os estudos sobre os efeitos do colonialismo e do racismo para as relações raciais.

---

<sup>4</sup> A 1ª edição do Fazendo Cruzos com Antropologias, Artes e Museologias ocorreu em outubro de 2022, como projeto piloto, e teve como tema: Onde estão os negros em SC.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 6 jul. 2024.

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 6 jul. 2024.

Então aqui estamos diante de um curso universitário que só tornou obrigatório este conteúdo - o conhecimento sobre e produzido pelas populações negras - por conta de uma legislação existente (10.639/03, atualizada pela 11.645/08) e principalmente por conta das lutas dos movimentos sociais negros dentro e fora da universidade reivindicando tais demandas.

É claro que ações individualizadas de dar visibilidade e reconhecer a importância deste conteúdo já existiam na UFSC no departamento de Ciências Sociais muito pelas ações da professora Ilka Boaventura Leite e de seu núcleo de pesquisa o NUER (Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas da UFSC), mas é em 2020 que ela passa a ser ministrada pela primeira vez por uma docente negra Flavia Medeiros, e posteriormente por outra docente negra Alexandra Alencar que passam a partilhar uma proposta de ensino comum para essa disciplina.

Dessa maneira o assunto de cada aula deste curso da graduação seria tema de encontro científico, formalizado na UFSC sob forma de projeto de extensão, coordenado pela professora Flavia Medeiros, e é realizado no centro de ensino para um público mais amplo e por meio de uma estrutura de programação mais dinâmica composta por rodas de conversas, performances e exposição de artes visuais. Também a essa estrutura já realizada na 1ª edição do evento agregamos o momento do *ajeum*. O ajeum é uma palavra em iorubá que significa comer junto. Assim partindo desta palavra ação praticada dentro de casas de religiões de matriz africana, fizemos uma chamada para expositores de alimentos e montamos um espaço de partilha dos mesmos para que o público do encontro além de comer pudesse também interagir de forma mais direta uns com os outros. Outro alicerce constituído neste evento é sempre problematizar os espaços do CFH/UFSC de formas distintas das que habitualmente são utilizadas ou tensionar espaços que estão ociosos.

Então como o tema da primeira aula do curso de Estudos Afro-brasileiros é Pedagogia da/nas encruzilhadas: o ensino de estudos afrobrasileiros nas Ciências Sociais nos colocamos em todas as encruzilhadas possíveis do CFH e intitulamos nosso encontro de Pedagogia da/nas Encruzilhadas: Exu como educação.

### **“Foram me chamar eu estou aqui...”**

Mas por que os conhecimentos acerca dos modos de saber/fazer mundo das populações negras e indígenas demoraram tantos anos para serem ensinados e precisaram de legislações para forçarem tal iniciativa?

O sociólogo porto riquenho Ramón Grosfoguel nos traz reflexões neste artigo de 2016, intitulado *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*, que nos ajudam a pensar tal questão. Já de início o autor lança a seguinte pergunta: como é possível que o cânone do pensamento em todas as disciplinas das Ciências Sociais e humanidades nas universidades ocidentalizadas se baseiam no conhecimento produzido por uns poucos homens de cinco países da Europa Ocidental (Itália, França, Inglaterra, Alemanha e os Estados Unidos)?

Como resposta o autor aborda os genocídios/epistemicídios ocorridos ao longo do século XVI contra muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andalus; contra povos nativos na conquista das Américas, denominados depois por colonizadores europeus de povos indígenas; contra povos africanos na conquista da África e a escravização dos mesmos nas Américas e; finalmente, contra as mulheres europeias queimadas vivas acusadas de bruxaria.

Seu argumento é de que o privilégio epistêmico do homem ocidental foi construído à custa desses genocídios/epistemicídios, nos quais figurava inicialmente o racismo religioso que, em meio às viagens europeias de exploração e conquista, foi aos poucos sendo substituído pelo racismo de cor para o qual os "povos sem religião", lidos à época como "povos sem alma", ou seja, desprovidos de humanidade, são passíveis de processos de inferiorização e dominação.

A tese principal deste artigo é que a condição de possibilidade para o cartesianismo idolátrico dos anos 1640 que assume o olho de Deus arroga-se o direito de dizer “penso, logo existo” só existiu à custa do “extermino, logo existo”.

Assim, no fim do século XVIII, quando as ditas universidades deixaram de ser cristãs e teológicas e se transformaram em seculares, utilizou-se a ideia antropológica kantiana de que a racionalidade está encarnada no homem branco ao norte dos Pirineus. A Península Ibérica foi relacionada ao estigma da irracionalidade, ao lado dos povos de pele negra, vermelha e amarela. As pessoas “sem racionalidade” foram epistemologicamente excluídas das estruturas de

conhecimento das universidades e é a partir desta estrutura que o cânone da universidade ocidental é fundado.

"Após 500 anos de colonização do saber, não existe qualquer tradição cultural ou epistêmica, em um sentido absoluto, que esteja fora da Modernidade eurocêntrica. Tudo foi afetado pela Modernidade eurocêntrica e muitos aspectos do eurocentrismo foram engessados nessas novas epistemologias" (Grosfoguel, 2016:44).

Então quando afirmamos que a universidade e as demais instituições de ensino são eurocêntricas é com base nesta historicidade. Contudo o autor argumenta que se, por um lado, o projeto colonial ocidental de genocídio/epistemicídio foi, em alguma extensão, bem-sucedido, em espaços particulares do mundo, por outro, fracassou totalmente pois os pensamentos de indígenas, muçulmanos, judeus, negros e mulheres críticos deste projeto continua vivo, ao lado do pensamento de outros/as críticos/as do Sul.

Esses saberes subalternizados, no caso brasileiro, mas poderíamos estender a outras populações do mundo, começam a ter visibilidade à medida que as universidades vão implementando legislações que obrigam o estudo dessas epistemologias outrora subalternizadas, bem como as políticas de ações afirmativas, que configuram reservas de vagas para negros/as, indígenas, de baixa renda, quilombolas, populações LGBTTTQI+, dentre outras.

A partir daí esses conhecimentos e presenças diversas no contexto universitário brasileiro, que depois ocuparão como formadores/as outras instituições de ensino, nos convidam ao exercício reflexivo e crítico das estruturas postas, e principalmente, da potência criativa que pode brotar deste terreno, na contramão da denúncia de Sueli Carneiro à produção de epistemicídios dentro das instituições de ensino no país.

E uma das propostas que vem nos descentrar, nos fazendo enxergar tais epistemologias pelo lócus da encruzilhada é a proposta de Pedagogia das Encruzilhadas de Luiz Rufino que é escritor, pedagogo e professor de Educação UERJ. Mas há outras como pedagogia da ginga na dissertação de Patricia Gonçalves Pereira na Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS e pedagogia griô pela pedagoga Lilian Pacheco, para citar alguns exemplos.

Mas dentro da pedagogia das encruzilhadas que foi o foco do nosso evento, o autor parte da concepção da educação enquanto ato de responsabilidade e

argumenta que a educação que estava radicalizada na diversidade do SER acaba se inscrevendo como política de produção de um modo dominante. Este modo de produção no espaço escolar está inclusive presente no espaço físico, nos materiais didáticos, na relação docente e discente.

A partir daí o autor parte de três premissas: 1) da defesa de que a problemática da política do conhecimento tem que também ser étnico-racial; 2) do fortalecimento de uma educação intercultural; e 3) da elaboração de pedagogias decoloniais.

Aqui tanto a noção de intercultural, quanto da pedagogia decolonial vem inspirada pela pesquisadora Catherine Walsh professora da Universidade de São Bolívar com sede no Equador e teórica conhecida como pedagoga decolonial na qual argumenta que é necessário que a sociedade que se pretende democrática precisa se reconhecer enquanto diferente e passar a tecer novas relações igualitárias a partir disso, o que supõe empoderar os até então historicamente inferiorizados.

Assim a proposta de Luiz Rufino de Pedagogia das Encruzilhadas como projeto político, poético e ético objetiva trazer questões e pluriversalizar, trazendo Exu como matriz/motriz política/ética/ estética/epistemológica/ teórica/ e metodológica, princípio este que foi invisibilizado, descredibilizado e eu acrescento criminalizado por parte da colonialidade/ modernidade-ocidental pois confronta suas lógicas de denominação e violência.

Assim como Rufino também acreditamos que esses espaços das religiosidades e práticas culturais negras estão para além da crença ou do prazer de fazê-las, são espaços de formação, escolas negras, que no FAZER também nos ensinam a SER seres humanos melhores. Daí dar um passo para trás para dar dois para frente é fundamental nesse confronto diário com a colonialidade do poder..

Também é importante negritar que Luiz Rufino não é o primeiro intelectual a potencializar a encruzilhada enquanto locus epistêmico. Já em 1997, em sua obra *Afrografias da memória: o Reinado do Rosário do Jatobá* a poeta, ensaísta, acadêmica e dramaturga brasileira, Leda Maria Martins nos fala da noção de encruzilhada e percebe esse locus de enunciação como chave teórica que "nos permite clivar algumas formas e constructos que daí emergem" (2002, p. 73).

Para a autora: "a noção de encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferece-nos a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emergem dos processos inter e transculturais, nos quais se confrontam nem sempre amistosamente, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim. (Leda Martins, 1997, p.X)

E na materialização desses cruzos no referido evento iniciamos no hall do Bloco B do CFH (local onde estão a maioria das salas de aula) e realizamos a abertura da Exposição Encruzilhadas Artísticas com curadoria das professoras Juliana Crispe e Thainá Castro que reuniu o trabalho de quatro artistas do axé: Luiz Rufino, Rita Oyakanmi, Sérgio Adriano H., k\_uz e Trindadead, que trouxeram Exú em suas artes em diálogo com a perspectiva das pedagogias das encruzilhadas; as performances de Rita (sobre a artista e performance), em conjunto com o artista e capoeirista Odemákindé, envolvendo todes no movimento e a sabedoria da capoeira.



**Imagem 1:** Performance de Rita Oyakanmi na Exposição Encruzilhadas Artísticas.  
Fotografia: Luz Mariana Blet.

Em meio a tal abertura, também tivemos as falas institucionais da vice-reitora Joana Célia dos Passos, da coordenadora da Secretaria de Arte, Cultura e Esporte (Secarte) Eliane Debus, da diretora da Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade Marilise Sayão e do pró-reitor de Pesquisa Jacques Mick reconhecendo a potência

da iniciativa para universidade. De lá caminhamos e fomos para outra encruzilhada do CFH formada a partir dos blocos D, E e F.

E assim na parte externa do CFH avistamos um corpo que no seu canto, passo e atos nos convidou a adentar a performance Ebó Epistemológico, uma borigrafia que nas palavras do seu autor, o performer, professor e pesquisador Jesse Cruz (2023) nos convida a um ato contra colonial entre arte e educação. Como forma de materialização desta borigrafia oferecemos a boca que tudo come o que queríamos para a UFSC e num lindo cortejo, cruzando as encruzas do CFH que, acompanhado pelo som do tambor com o artista e professor Charles Raimundo, desfilamos nossas produções afroreferenciadas, nossas potências femininas e por fim a coletividade que dotada de movimento gera transformações e nessa perspectiva voltamos ao bloco de salas de aula.



**Imagem 2:** Performance Ebó Epistemológico com Jessé Cruz. Fotografia: Luz Mariana Blet.

Para tais construções de rasuras acadêmicas, mais do que representação é preciso implicação e sobretudo retroalimentação para não desistir diante das adversidades que a própria estrutura permeada por vários sistemas de opressão cria. Para nutrir nossas existências, montamos no mesmo hall do CFH uma feira de afroempreendedoras com Acarajé da Eli, Ajeum Vital e Três Marias que por meio da



produção de alimento enquanto ato político nos trouxeram o momento do ajeum, fortalecendo o princípio afrocivilizatório da comungabilidade e partilha. Foi por meio do ajeum que não só comemos, mas no comer nos olhamos, ouvimos e falamos ao conversar, e sentimos o cheiro, o paladar e o calor da partilha que fez a todos estarmos de forma PRESENTE, como um presente uns aos outros.



**Imagem 2:** Ajeum com as expositoras Acarajé da Eli, Ajeum Vital e Três Marias. Fotografia: Luz Mariana Blet.

Nessa presença, já no turno da noite, abrimos o auditório do CFH, com a performance de Atomus Pami “Pés na água, pés em mim” que foi apresentada pela primeira vez como material didático da disciplina de Estudos Afro-brasileiros do curso de licenciatura de Ciências Sociais da UFSC e que passa agora a ser partilhada com um público mais amplo. Sim povoada que não parou de chegar, e que além das cadeiras no auditório foi buscando o seu chão e degraus para partilhar desse movimento, fazer a escuta e tecer aprendizados. Após a performance, tivemos a segunda rodada de falas institucionais com o diretor do CFH, Alex Degane e o chefe do Departamento de Antropologia, Scott Head.

Exu teve presente o tempo todo abrindo caminhos, tecendo inventividades, jogando palavras no mundo, mas não trabalhou sozinho trouxe para esse cruzo o

professor da UERJ e autor do livro *Pedagogia das Encruzilhadas* (2019), Luiz Rufino, que nos indagou sobre como responder com vida a um sistema de morte. Além disso, trouxe o professor da UFSM, Jesse Cruz que para além de contar sua trajetória que culminou em sua tese sobre a borigrafia, encerrou sua performance na roda de conversa tecendo um enredo de ação contra-hegemônica que os saberes e fazeres de matriz africana podem proporcionar a universidade.

Já Yá Bárbara Marques, liderança religiosa de matriz africana e mestranda em História na UFSC nos trouxe pro chão falando das iniciativas de produção de conhecimento pautado nos saberes e fazeres dos terreiros de matriz africana e da necessidade de realizarmos essas produções pautadas na responsabilidade.

Por fim Luck Yemonjá Banke, artista e graduando em Filosofia na UFSC nos presenteou com uma filosofia afrocentrada baseada nos saberes e fazeres dos seus mais velhos que vem repensando o fazer universitário de forma radical. Tal encontro de pura potência teve ainda a afroexpressão do grupo Ilú Oju Onu, da qual faz parte, que por meio de seus tambores nos permitiu um aquilombamento que moveu corpo e espírito.



**Imagem 3:** Roda de Conversa sobre Pedagogias da/nas Encruzilhadas. Crédito: Luz Mariana Blet.

Mas nada disso seria possível sem o empenho da equipe de estudantes de graduação e pós-graduação que veem no projeto e em suas ações possibilidades de encantamentos universitários que tragam a vida em meio aos destroços que o colonialismo e o racismo operam nas existências fraturadas por esses e outros ideologias de opressão. E tal encantamento nos trouxe encontro, conhecimentos, afetos, nutrição e vidas que desejamos que se multipliquem e transformem!

### **Transbordando a extensão universitária: cruzando vidas**

A extensão universitária é um dos tripés da UFSC, que permite aos/as envolvidos/as vivenciar um mundo para além do campus universitário, dialogando com a sociedade e permitindo a construção de um conhecimento articulado com as demandas sociais.

O debate acerca das concepções, diretrizes e práticas da Extensão Universitária e sua trajetória histórica nas universidades brasileiras ainda pode ser considerado como um tema conturbado e que envolvem disputas de significados (Gonçalves e Vieira, 2015), no entanto, ao observar alguns marcos importantes para a Extensão Universitária pode-se perceber um avanço a respeito de algumas concepções e funções dessa atividade, assim como uma consolidação institucional no âmbito universitário, ainda que, de modo geral, seja menos prestigiada que o ensino e a pesquisa dentro do cenário acadêmico.

As primeiras atividades de Extensão Universitária no Brasil datam do início do Século XX, voltadas para a realização de cursos e conferências abertas ao público, mas que não configuraram uma política universitária difundida e institucionalizada (Nogueira, 2003). Sendo a partir do final da década de 1960 e início de 1970 que a extensão passa a ser tratada como uma política nacional em relação às universidades.

Em 1968, a Extensão Universitária aparece na Lei 5.540, que estabeleceu a Reforma do Ensino Superior no Brasil, sendo assim instituída como uma modalidade de curso dentre graduação, pós-graduação e especialização (BRASIL, 1968). Com isso, essa modalidade ganha projeção nacional em um período de ditadura civil-militar, muito amparada pelos princípios da Lei de Segurança Nacional – tendo como exemplo a criação dos seguintes programas nacionais: Projeto

Rondon, Campus Avançado e Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) (Gonçalves e Vieira, 2015; Carbonari e Pereira, 2015).

Mas a primeira política voltada para a extensão é criada propriamente apenas em 1975, através do Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação da Extensão Universitária (CODAE). A sua elaboração buscou trazer para a responsabilidade e controle do Estado essa modalidade, uma vez que assegura a competência do Ministério da Educação - MEC de propor a política de extensão nas universidades brasileiras, que até o momento estavam dispersas sob o controle autônomo de cada instituição.

Neste documento, destacamos um dos elementos da extensão universitária que está presente até hoje: a ideia de dialogicidade entre a universidade e a sociedade.

Entre as primeiras produções da CODAE, está o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Neste, **sob a influência das ideias de Paulo Freire (1992), a Extensão foi definida como ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações, com sentido de retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.** (grifos nossos) (Miranda e Nogueira, 2012, p. 13)

Na década de 1980 surge um novo ator que influenciará os rumos da extensão universitária brasileira, qual seja o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). Este elaborou duas políticas de extensão importantes: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXT) e o Plano Nacional de Extensão, que datam respectivamente de 1993 e 1998 (Nogueira, 2003). Mas anteriormente a isso ainda tem-se a inserção dentro da Constituição Federal de 1988 o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esses três marcos legais e políticos consolidam a Extensão Universitária dentro das universidades brasileiras como uma prática institucional e tendo um caráter nacional.

Em 2018 temos um novo passo na política de extensão universitária que é a obrigatoriedade da curricularização da extensão.

Segundo dados da UFSC<sup>7</sup>, a curricularização da extensão, ou creditação (curricular) da extensão, estratégia prevista no **Plano Nacional de Educação**

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://curricularizacaodaextensao.ufsc.br/> > Acesso dia: 07/07/2024.

(PNE), foi regulamentada pela **Resolução nº 7 MEC/CNE/CES**, de 18 de dezembro de 2018.

Entre outras coisas, a Resolução: (1) estabelece que “as atividades de extensão **devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento)** do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”; e (2) instrui o INEP a considerar, **para efeitos de autorização e reconhecimento de cursos**, (i) o cumprimento dos 10% de carga horária mínima dedicada à extensão, (ii) a articulação entre atividades de extensão, ensino e pesquisa, (iii) os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.

Na UFSC, o assunto vem sendo discutido desde 2016, e, mais intensamente, a partir da criação, em agosto de 2018, da Comissão Mista de Curricularização (CMC), que vem trabalhando em apoio à universidade para promover a incorporação da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Conforme artigo 3º da RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2020/CGRAD/CEX, de 03 março de 2020:

“a extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a UFSC e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e pesquisa.”

Contudo essa “interação transformadora entre a UFSC e os outros setores da sociedade **por meio da produção e da aplicação do conhecimento**” (grifos nossos) muitas vezes não é compreendida da mesma forma na instituição.

Tentando então buscar a polissemia do termo e as tensões que podem derivar do seu fazer, nos ancoramos em Paulo Freire na obra *Extensão ou comunicação?* (2002), nela o autor afirma que o extensionista busca estender seus conhecimentos e técnicas, contudo neste movimento muitas vezes reside uma perspectiva colonial hierarquizante em que a instituição que promove a ação extensionista nessa interação de levar seu conhecimento para outras partes dos muros considera este externo a si de forma inferior, a fim de fazê-la mais ou menos semelhante ao seu mundo, por meio de seus conhecimentos. Daí que o termo extensão, nos termos do

autor, pode ser vinculado às ideias de transmissão, entrega, doação, messiânico, invasão cultural, manipulação, etc.“E todos estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase ‘coisa’, o negam como um ser de transformação do mundo” (Freire, 2002, p.22).

Paulo Freire não nega que toda ação extensionista tem uma função educativa, contudo esse que-fazer não é pautado sempre numa educação libertadora. Na medida em que, o termo extensão, está implícito na ideia de levar, transferir, entregar, depositar algo em alguém, isto nos leva a uma conotação mecanicista, a uma educação bancária.

Na perspectiva de educação libertadora freireana o conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e reinvenção. Reclama a reflexão de cada um sobre o ato mesmo de conhecer. “Repetimos que o conhecimento não se *estende* do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações do homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações ” (Freire, 2002, p.36).

O autor nos traz a potência da perspectiva dialógica da comunicação em detrimento do ato de estender, pois a própria educação reside num ato comunicativo, na medida que que é o encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

No contexto da UFSC, a partir de dados da Pró-Reitoria de Extensão<sup>8</sup>, as ações de extensão tem que ser perpassadas por cinco valores: interdisciplinaridade; interação dialógica; indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; impacto e transformação social e impacto na formação do estudante. Tais ações podem se dar das seguintes formas:

- **Programa de extensão** - conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, tais como cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino, tendo caráter orgânico institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, e sendo executado a médio e longo prazo

---

<sup>8</sup> Compartilhados pela Pró-Reitora de Extensão Olga Garcia (Gestão 2022-2026) durante o curso de Integração Institucional para novos docentes ocorrido no dia 26 de junho de 2024, organizado pelo PROFOR/UFSC.

- **Ação/Projeto de Extensão** - conjunto de ações de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, podendo ser isolado ou vinculado a um programa;
- **Curso de Extensão** - ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, com participação de forma presencial, semipresencial ou a distância, com planejamento, organização e critérios de avaliação definidos.
- **Evento de Extensão** - ação que implica na apresentação, disseminação e/ou exibição pública, livre ou com público específico do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico ou tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade.
- **Prestação de serviço** - realização de trabalho oferecido pela Universidade ou solicitado por terceiros, na forma de assessorias, consultorias e perícias.

Na curricularização da extensão a duas formas de formalização dos créditos seria por meio de disciplinas sobre extensão ou unidades curriculares vinculadas às atividades desenvolvidas em projetos ou ações de extensão cadastradas pelo/pela professor/professora responsável pela disciplina. Neste momento os departamentos estão enviando suas propostas para aprovação nas instâncias da UFSC, mas ainda não há um orçamento específico para tal fim e um prazo de implementação plena em toda universidade.

Diante desses valores e organizações a perspectiva freireana de dialogicidade é perceptível no bojo da compreensão extensionista desta instituição de ensino superior, mas nas práxis extensionistas e na sua futura curricularização é preciso materializar o reconhecimento da agência dos sujeitos com quem dialogamos e construímos saberes. Isso muitas vezes nos leva a reconhecer, por meio das vozes desses/as interlocutores/as, que a própria UFSC deva ser um espaço extensionista, porque tais sujeitos sabem o local de visibilidade e poder que as universidades públicas possuem na sociedade brasileira.

Assim a partir dos cruzos dialógicos feitos por meio desta ação de extensão temos experienciado, a visibilidade de sujeitos externos à UFSC, que se colocam de forma ativa neste espaço, contribuindo com a pluralização de saberes/fazer mundo que ensinam as próprias universidades a tecer outros fazeres que tenham a produção de vida e a educação como possibilidade de vir a ser/fazer mundo como premissas obrigatórias das ações extensionistas.

## Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 6 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 6 jul. 2024.

CRUZ, J. da. (2023). Borigrafia: Encruzilhada Artística Ebó Epistemológico. Paralelo 31, 2(21), 134-162. Recuperado de <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/paralelo/article/view/27088>

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GONÇALVES, Nadia; VIEIRA, Carina. *Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Antíteses, v. 8, n. 15, 2015.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra; Soc. estado. 31 (1); Jan-Apr 2016. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>.

MIRANDA, Geralda; NOGUEIRA, Maria. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Maio de 2012. Disponível em: < <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Uiversit%C3%A1ria-e-book.pdf> > Acesso em 07/07/2012.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. *Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?*. Interagir: pensando a extensão, n. 4, p. 7-14, 2003.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*- Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.